

Auditoria complica a situação de Ibsen

Investigação contratada por ele próprio revela movimento bancário maior que o apurado pela CPI

JOÃO DOMINGOS
e ROSA COSTA

BRASÍLIA — A situação do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento está se complicando. De acordo com informação de parlamentares da CPI, a auditoria que o próprio deputado encomendou revela movimentação maior do que a apurada pela subcomissão de bancos até agora, que é de US\$ 2,3 milhões nos últimos cinco anos. O salário parlamentar pago neste período representa US\$ 365 mil.

Ibsen vai depor na CPI quinta-feira, às 9h30. Mesmo convocado, ou "convidado", por sua condição de parlamentar, conseguiu adiar o depoimento por três vezes. Alegava sempre que a auditoria não tinha conseguido fechar as contas. Na quarta-feira, ao comparecer ao gabinete do presidente da comissão, senador Jãrbas Passarinho (PPR-PA), o parlamentar gaúcho disse que ainda não tinha conseguido receber todos os documentos bancários pedidos.

Mais magro 12 quilos, abatido e com o cabelo comprido e em desalinho, Ibsen é a imagem oposta à de quando era presidente da Câmara e decidiu fazer votação aberta para a autorização da abertura do proces-

so de impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor, em setembro do ano passado. "A honestidade causa dor maior", disse o deputado, para justificar seu abatimento.

Acareação — A CPI decide amanhã se faz acareação entre o empresário Paulo Cesar Farias, o PC, e diretores das construtoras Servaz, Queiroz Galvão e Tratex. Em depoimento à Polícia Federal, Onofre Vaz, da Servaz, e Luiz Evaldo Rios Leite, da Queiroz Galvão, disseram que foram extorquidos por PC. O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), é contra a acareação. Ele acha que a CPI das Empreiteiras, que será instalada após o término da Comissão do Orçamento, é que deverá cuidar do assunto.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) é o maior defensor da acareação. Ele obteve documentos da PF que contrariam as informações de PC, de que nunca manipulou verbas públicas nem extor-

quiou ninguém. Salomão fez o pedido, que será decidido amanhã pelo plenário da CPI.

A CPI ouve na terça-feira, às 9h30, o deputado Messias Gois (PFL-SE), ex-presidente da Comissão de Orçamento e um dos "sete anos", e às 17 horas o ex-secretário de Saneamento do Ministério da Ação Social Walter Anichino. Na quarta-feira, às 9h30, depõe o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), também ex-presidente da Comissão de Orçamento, e às 17h30 o ex-secretário de Habitação do Ministério da Ação Social Ramon Arnus Filho.

DEPUTADO
VAI DEPOR
QUINTA-FEIRA
NA COMISSÃO